

## Realismo e Utopia: E. P. Thompson e o Exterminismo<sup>1</sup>

Ricardo Gaspar Müller\*

Além de seu trabalho teórico e historiográfico, Thompson desenvolveu também uma prática de natureza política orientada por sua concepção e defesa do socialismo. Sua atuação em movimentos pacifistas revelou até que ponto seu ideal de marxismo manteve-se como um núcleo de convergência de uma tradição de *crítica e práxis* radicais. Tal ativismo político e as constantes polêmicas das quais participou, associados à importância que sempre atribuiu aos temas relacionados à luta dos trabalhadores e sua contribuição intelectual para a elaboração de uma “história vista de baixo”, distinguem-no como um dos mais eloquentes e influentes historiadores e socialistas ingleses.

O ativismo político thompsoniano prioriza a crítica a dois dos problemas mais cruciais que a classe trabalhadora enfrentou nos últimos anos do século XX – a violação sistemática das liberdades civis e sua *reductio ad absurdum* na proliferação dos armamentos nucleares. Unindo teoria e prática, Thompson focou seu trabalho em um conjunto de temas que, por mais de quarenta anos, traduziram uma significativa consistência e coerente atitude intelectual. Fiel às “premissas de 1956”, Thompson assume como seus o papel e o compromisso de reafirmar os princípios socialistas em uma luta contra as políticas do estatismo e do autoritarismo.<sup>2</sup> Nesse contexto, articulou a proposta de uma “política vista de baixo” (*politics from below*) a seu projeto de uma “história vista de baixo” (*history from below*).

A tradição de uma política libertária aliada ao pacifismo nuclear tornou-se o eixo da atividade política de Thompson. Seu trabalho relaciona esses aspectos à prática da luta dos trabalhadores e enfatiza os conceitos fundamentais de resistência, dissenso, protesto e o legado do “inglês livre de nascimento”. As exigências históricas a favor dos “direitos” do indivíduo e da comunidade contra a autoridade transgressora do Estado confirmam, para Thompson, que a própria experiência de luta mantém-se como a principal forma de definição de interesse de classe. O clamor por um “direito” possibilita que pessoas subjugadas afirmem sua solidariedade mútua, *em oposição à classe dominante*. O ponto central dessa dinâmica é a união mediante a luta, união capaz de articular os interesses conflitantes, conscientes e organizados ao longo do processo histórico. Nessa perspectiva, para Thompson, as reivindicações pelas liberdades civis representam

---

\* Professor Adjunto do Departamento de Sociologia e C. Política e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: muller@cfh.ufsc.br

um catalisador para os movimentos populares e consolidam um “cenário” mais amplo para a luta de classes.

A luta de Thompson pelos “direitos civis” pode ser demarcada por sua oposição a quatro ações políticas básicas: o apelo do governo à idéia de “interesse da nação”, que legitimaria a aprovação de qualquer iniciativa do Estado; a intervenção do Estado no sistema legal; a administração e manipulação da mídia e a crescente tendência na direção de um estado de segurança, em que as vozes de oposição são submetidas a uma constante observação, censura, molestarmento e repressão na mídia.

A defesa de Thompson das políticas de libertação também incorpora sua preocupação com a questão da luta de classe, constante em sua obra. Suas primeiras colocações sobre esta máxima socialista e sobre o papel da ideologia na manipulação da consciência de classe, nessa fase, apareceram em seu artigo de 1960, “Outside the Whale”.<sup>3</sup> Seu objetivo era o de alertar a população sobre os perigos de perder a força do dissenso, de não se opor às autoridades e, sobretudo, lembrar que se não resistissem, como os antepassados, a mudança provável se daria na direção do autoritarismo. Thompson (1978, p. 363) insiste que “o Socialismo não está garantido POR NADA – certamente não pela ‘Ciência’, nem pelo marxismo-leninismo –, (mas) [...] somente pela *razão* e por uma ampla *escolha de valores*”. Só o *agir humano*, sua resistência, constituem pressão efetiva para assegurar a liberdade futura.

A ativa participação de Bertrand Russell contribui para Thompson (1978, p. 1) examinar a situação britânica ao final dos anos de 1950. Russell comentara que “a única alternativa de vivermos juntos é morrermos juntos”. A partir deste apelo para uma tomada de consciência acerca da perigosa inflexão da história na corrida pelas armas nucleares, Thompson estabelece uma plataforma para a luta popular contra a possibilidade de uma guerra nuclear, a seu ver, a problemática libertária mais urgente daquele momento. Thompson (1978, p. 1-2) mantém, no entanto, uma dialética de esperança afirmando que não há “fim para o que a ciência pode fazer em termos de destruição e [...] nenhum limite para o que ela pode fazer na direção contrária”.

Para Thompson, o quadro de apatia política então existente explicava-se pelo fato de que, desde 1945, um consenso popular fora arquitetado e construído em torno dos termos da polaridade da guerra fria. Ortodoxias e ideologias se formaram e desenvolveram uma consciência com vistas a confirmar a polarização. Na União Soviética, a ideologia foi definida como antiimperialismo, e no Ocidente, ou “Natopolis”,<sup>4</sup> segundo o irônico batismo de Thompson, forjou-se uma ortodoxia mais flexível, pragmática e, por isso, mais difícil de definir.

Thompson (1978, p. 3) considera que o *locus* da força da ideologia “natopolitana” é, exatamente, a manipulação da consciência popular. As forças do *establishment* mostravam-se capazes de criar uma “responsabilidade cultural” que poderia induzir uma suposta confirmação pública de um posicionamento político.

O resultado da manipulação desse consenso foi uma apatia geral que operou a favor dos interesses das ideologias dominantes, ao mesmo tempo em que aprisionou os “centros de ação”.

Thompson (1978, p. 3-4) acredita que, longe de formar um ambiente deliberadamente conspiratório, essa tendência hegemônica era produto de sua própria lógica. No Ocidente, o “sistema” promoveu um “estado de defesa” contra o “comunismo”. De seu ponto de vista, a ideologia “natopolitana” criou um cenário de resignação, que negava qualquer perspectiva consciente quanto às possibilidades da experiência social.

Nessa situação, introjetou-se no “imaginário social” um desencanto niilista, a crença de que as pessoas seriam impotentes para atuar no processo histórico e influir em possíveis mudanças. O pessimismo era generalizado (o acanhamento dos anos de 1950 e do início dos de 1960) e se caracterizou por uma absurda resignação, uma desmedida apatia frente a uma catástrofe absoluta, *mediada* por um forte aparato ideológico que invocava, justificava e legitimava uma acomodação metafísica à sua própria verdade: não poderia haver nenhuma alternativa ao *status quo*. Essa “passividade”, segundo Thompson (1978, p. 24), situava-se a “apenas um passo da misantropia”. A seu ver, a hegemonia ocidental construiu, em sua base ideológica, um violento “determinismo moral”, espelho do stalinismo soviético, espelhamento disfarçado no fomento de uma fictícia e maniqueísta luta do bem contra o mal em nome da humanidade.

Nessa linha de argumento afirma Thompson (1978, p. 11): “Como em um ritual cristão, onde Deus deve ser crucificado novamente a cada ano, em um ritual ‘natopolitano’ o Deus comunista deve parecer ter ‘falhado’ a cada ano”. Criou-se, no Ocidente, a noção de um inimigo sempre presente, um gigante científico, a sociedade soviética, bem sucedida, mas fortemente predadora. Mas a ameaça tinha endereço certo: o comunismo revolucionário – uma força que parecia avançar, triunfante, sobre Cuba, o Leste Europeu e os países em desenvolvimento. Na visão de Thompson (1978, p. 11-12), era necessária uma “economia de guerra permanente”, enquanto se maquiava a cultura “natopolitana” para preencher um vácuo e justificar o *status quo*. O construto ideológico chegava quase a um fundamentalismo em sua “cruzada contra o mal” e, em uma espiral de dependência ideológica, o stalinismo (ou a “idéia satânica”) torna-se a justificativa funcional para o “natopolitanismo”. Thompson e seus companheiros da primeira geração da ‘new left’ denunciavam que esse controle hegemônico da sociedade ocidental era na verdade uma preparação para a guerra. O contra-ataque da ‘new left’ coloca como parâmetro a alternativa de um futuro mais democrático.

Nas décadas de 1930 e 1940 a “motivação histórica” era política, a luta por um futuro melhor e democrático. Porém, ao longo da Guerra Fria, as pessoas tornaram-se confusas e desiludidas; formou-se uma situação de desencanto, um consenso de que os acontecimentos obedeciam à ordem natural das coisas e ao qual muitos intelectuais aderiram. Nos anos de 1950 esse consenso chegou a

afetar a sociedade inglesa como um todo e, nessas circunstâncias, o governo e as classes dominantes obtiveram o aval necessário para constituir um estatismo mais consistente. Todos os níveis de interação humana foram subsumidos a uma ortodoxia que buscava a estabilidade *pela via* do conformismo.

A ideologia “natopolitana” foi cuidadosamente promovida pelo governo de modo a expressar, ao mesmo tempo, desencanto e tradição. Tal ideologia promovia, assim, um profundo sentimento de coesão interna que prosperava em uma população em estado de letargia, induzido também por pressões externas advindas de formas particulares de poder: a articulação entre as relações sociais capitalistas e a retórica da Guerra Fria.

De acordo com Thompson (1985, p. 1-11) a natureza elitista desse controle e a falácia da abertura democrática, promovida por esse mesmo controle, formavam um tipo de autoritarismo cada vez mais agressivo.<sup>5</sup> O Estado recorria a esses dispositivos de manipulação ideológica para neutralizar o dissenso e desestabilizar as práticas oposicionistas, desqualificando-as diante da opinião pública.

Ainda como parte dessa estratégia, a imprensa desenvolvia uma “doutrinação subliminar” que conduzia a um consenso sobre o tema dos mísseis, levando a população a acreditar que as decisões haviam sido efetivamente formuladas *no país*. Na verdade, porém, sequer foram debatidas no Parlamento, embora sustentadas por um consenso nacional. Nessas circunstâncias, afirma Thompson (1980, p. 262-263), era de se esperar que a *mídia* cumprisse, de sua parte, o “dever de informar e formar a opinião pública”, mas os jornalistas atuavam mais como “vetores passivos” que transmitiam “informações oficiais pré-mastigadas. Sua (principal) habilidade (era) a de manipular as mentes [...]”. Convém lembrar, por exemplo, que a BBC não autorizou que Thompson assumisse a Dimbleby Lecture de 1981, um programa especial sobre os movimentos pela paz e a campanha antinuclear, coordenado pelo jornalista político Jonathan Dimbleby. O ensaio preparado para a palestra deu origem à edição de *Beyond the Cold War*, em 1982.

Thompson (1978, p. 24) aponta o que se torna mais nitidamente visível nessa nova ordem mundial: a desconfiança e a censura por parte dos grupos dominantes para com os intelectuais que tinham a propensão, ou até mesmo a arrogância, de questionar o *status quo*:

Todos os termos marxistas foram retirados de uma conversação polida, com a exceção de um: a alienação. Este termo foi divorciado do contexto marxista de propriedade e classe e passou a ser difundido como uma doença do homem moderno, da qual o intelectual era o portador. Ao intelectual não restava nenhum dever para com a sociedade mais importante do que pôr limites a si mesmo. Ele deveria restringir-se à sua própria cabeça.

Thompson (1978, p. 24-26) observa ainda que a crítica da *intelligentsia* apresentava-se como uma interferência infrutífera, desnecessária para a sociedade. O pensamento crítico seria uma prática arriscada e deixar-se envolver

nos meandros da especulação acadêmica, ou manter relações com esse universo, uma prática suspeita. Esse controle não só levou os intelectuais a se desligarem das preocupações *humanas*, como também muitos deles a se dedicarem, sem muito questionamento, à pesquisa de artefatos, como a bomba atômica. O cuidado com o “humano” foi arrancado das relações políticas e substituído pela passividade e a misantropia. Os intelectuais, em sua maioria, silenciaram, presos ao conformismo, ou deixavam-se cooptar e empregar para enriquecer no sistema. Enredavam-se nos mesmos recursos psicológicos que tolhiam os trabalhadores. Thompson (1978, p. 25-26) ironiza:<sup>6</sup>

O intelectual quer o seu pirulito, seja em dinheiro, respeito ou crédito moral, tanto quanto o trabalhador cansado que opera com suas próprias mãos (e, portanto, “quer”) o programa que deprecia o seu próprio valor. [...] [E assim é] desde que o aparente descompromisso do intelectual, em Natopolis, com as conseqüências de sua teoria tornaram possível para ele conviver relativamente acomodado e isolado em seu nicho acadêmico, sem perda de seu respeito próprio.

Não obstante o sarcasmo, e o pessimismo preponderante, Thompson permanecia otimista, acreditava que a partir das divisões decorrentes da Guerra Fria poderia prevalecer uma verdade *humana e radical*. Essa verdade, segundo Thompson e seus companheiros, se expressara na (então) Europa Oriental pelos “acontecimentos de 1956” e, no Ocidente, pela negação da ideologia “natopolitana”, presente na ação dos movimentos pacifistas e na Campanha pelo Desarmamento Nuclear (CND). Thompson reconhecia um “humanismo rebelde” nesse movimento, que se colocava na contracorrente das difíceis circunstâncias causadas pela situação de passividade, do crescente aumento dos mecanismos de controle estatal e da proliferação dos armamentos nucleares.

A estratégia de Thompson (1980, p. 7-8) foi a de praticar a crítica radical de forma persistente, confiante de que a força do argumento prevaleceria, mesmo que essa atitude pudesse parecer ingênua. A seu ver, o processo democrático deveria operar “de baixo”, sem a influência de nenhuma ortodoxia. Esse projeto demandava, portanto, uma “mídia alternativa”. Porém, ao mesmo tempo, reiterava as posições de Thompson e as de seus companheiros desde os primeiros dias da CND, quando ainda esperavam que uma razão democrática e popular pudesse prevalecer. Segundo Thompson (1980, p. 272), as linhas básicas da política de “neutralidade ativa”, advogadas desde os primeiros momentos da ‘new left’, foram discutidas nos conselhos da CND e novamente defendidas no “Manifesto de 1º de Maio” (*May Day Manifesto*), em 1968.

Thompson (1980, p. 273-274), em seus artigos de jornal no final de 1979, procura rever e reapresentar suas cinco hipóteses principais (ou “teoremas”, como ele preferia). A primeira hipótese é a da instabilidade do *status quo* nuclear e a da probabilidade de que fosse desencadeada uma guerra nuclear global; a segunda, a de que esse *status quo* é um “estado degenerativo”, na medida em que supõe políticas “confidenciais”, burocráticas e autoritárias; a terceira, que essa condição

havia desenvolvido interesses industriais, militares e econômicos (com fortes características cartelizadas ou monopólicas), que deveriam ser mantidos. Nesse contexto, os dois países líderes dessa polaridade (União Soviética e Estados Unidos), embora em campos opostos, constituíam um “interesse comum”, antidemocrático, e não hesitavam em reprimir iniciativas de oposição. A quarta hipótese afirma que uma *détente* (distensão) não iria emergir “de cima”, uma vez que, como Thompson assinala, “o estado de permanente terror favorece a aquisição de poder interna e externamente a essas elites”. Finalmente, a quinta sugere que o caminho mais viável para a desarticulação do sistema deveria ser um ataque a partir de baixo. Ele acredita na importância de uma iniciativa popular baseada na “neutralidade ativa”, juntamente com outros movimentos antinucleares, de modo a encorajar a “dissidência” através da Europa. Coerente com sua defesa do humanismo, Thompson (1980, p. 275) observa: “Nós já estamos em risco – Grã-Bretanha, Europa, civilização, o projeto humano [...]”. Mas lembra também que “na política de neutralidade ativa devemos assumir um risco imediato e consciente, o qual, se sobrevivermos, (irá) engendrar uma nova geração de possibilidades humanas”.

Essa colocação indica a convicção de Thompson sobre a necessidade de maior apoio para a (Campanha pelo) Desarmamento Nuclear Europeu (END), um movimento pan-europeu destinado a combater os interesses políticos e militares de soviéticos e norte-americanos na Europa, idealizado por Ken Coates, também ativista da Bertrand Russell Peace Foundation. Na perspectiva de Thompson (1982, p. 10-11), o conflito dependia do antagonismo e da retórica dos irreconciliáveis sistemas militares e industriais dos dois blocos. Cada um, afirma (Thompson, 1980a, p. 28), “deve ser motivado, em sua natureza inerente, pelo desejo de vencer o outro. Só o temor mútuo de dissuasão poderia adiar uma confrontação total”. Ele prossegue:

[A] dissuasão não é uma condição imóvel, fixa, é um estado de degradação. Dissuasão tem contido a exportação de violência contra o bloco oposto, mas, ao proceder assim, o poder repressivo do Estado tem se voltado contra seu próprio criador. A violência reprimida tem sustentado e agido sobre a economia, a política, a ideologia e a cultura dos poderes antagônicos. Essa é a estrutura profunda da guerra fria.

Essa seria a lógica de justificação para a guerra fria e para o prosseguimento da corrida armamentista. Thompson (1982, p. 14-16) acredita que, no Ocidente, a culpa caberia à supremacia norte-americana e à falta de vontade de seus satélites europeus em rejeitar essa situação e a “mentalidade” aí contida. Isso porque, ainda segundo Thompson (1982, p. 14-15), a diplomacia norte-americana valia-se muito de seu poder de veto, respaldada em seu poderio militar, o que impedia a existência de qualquer dissenso por parte dos países europeus. É esse, aliás, o contexto da proposta de um “atlanticismo”, sob a dominação dos Estados Unidos, não questionada na Grã-Bretanha, nem mesmo pelo supostamente opositor *Labour Party*.

Thompson (1982, p. 17) mostra como a guerra fria, independentemente de suas origens após a Segunda Guerra Mundial, parecia operar por dinâmica própria, com uma lógica interna e um conjunto específico de argumentos, o que ocultava o interesse dos Estados envolvidos em sua continuidade:

A guerra fria se transformou em um hábito, um vício. Mas trata-se de um hábito mantido por interesses materiais muito poderosos em cada bloco: os estabelecimentos industriais-militares e de pesquisa em ambos os lados, os serviços de segurança e as operações de inteligência e os representantes políticos desses interesses. Esses interesses comandam uma ampla (e crescente) alocação dos recursos e habilidades de cada sociedade; eles influenciam a direção do desenvolvimento econômico e social de cada sociedade e é do interesse *desses* interesses ampliar essa alocação e influenciar ainda mais sobre esse direcionamento. (Grifo no original)

Thompson (1982, p. 17) conclui que a reciprocidade das relações entre Estados Unidos e União Soviética era fundamental a essa lógica, um contexto em que uma forma de ação antagônica deveria ser sistematicamente igualada pelo antagonismo da resposta. Nesse sentido, Thompson (1982a, p. 332) precisou explicar que não propunha uma identidade entre os blocos, mas sim sua *reciprocidade*: a interação de ambos os blocos criava um “problema nuclear” internacional e uma situação de equivalência entre eles, em relação a esse problema. A seu ver, esse procedimento era determinante para que “os estabelecimentos militares e de segurança fossem auto-reprodutivos”. Thompson (1982, p. 17-18) tem consciência de que a ideologia e a retórica que acompanhavam tal dinâmica eram inerentes ao processo e reproduziam-se a si mesmas não só porque “os serviços militares e de segurança, e seus funcionários públicos, precisam da guerra fria (e) têm um interesse direto em sua continuidade”, mas também porque no interior dos países satélites cada movimento político ou militar deveria ser aprovado pelos governos de Washington ou Moscou, o que reforçava os mecanismos de dominação de ambos os centros.

Ao desenvolver essa argumentação, Thompson (1982, p. 18) introduz a metáfora da alteridade do Outro, com vistas a explicar os perigos do processo psicoideológico contido na guerra fria. Ou seja, a unidade necessária na “frente doméstica” pode ser explicada também em termos de preocupação e medo em relação aos “outros”, à ameaça representada pelos “outros”, o que tende a constituir um “vínculo por exclusão”. Segundo Thompson, esse princípio seria intrínseco à socialização humana e fundamental tanto para a formação e a consciência de classe, quanto para a construção de uma nação ou sujeitar as pessoas a uma ideologia. Esse processo, porém, estabelece uma ameaça e, no limite, alimenta o ódio pelos “outros”. Nas polêmicas da guerra fria essa cultura foi artificialmente invocada para assegurar os interesses dos respectivos blocos. Ambas as culturas e identidades nacionais (soviéticas e norte-americanas) entrelaçaram-se nas premissas ideológicas do conflito, ao mesmo tempo em que

as aprofundaram cada vez mais. Entretanto, nenhum dos mundos era “o melhor dos mundos”, ambos apresentavam novas definições sobre a condição do “outro” – e a necessidade da guerra fria novamente revelava-se e regenerava-se a si mesma.

Uma das principais motivações de Thompson em sua luta pelo fim da guerra fria é o de reafirmar o imperativo da razão humana. Daí o protesto, o questionamento, as críticas contra o absurdo da corrida armamentista, a importância de colocar em xeque sua necessidade e prioridade. Do ponto de vista da lógica histórica, Thompson (1982, p. 1) considera que o processo poderia ser submetido a uma estrutura racional de análise, mas o objeto, no momento da guerra fria, tornava-se ele próprio irracional. Adverte: sendo o presente historicamente determinado, está sujeito a uma análise racional, mas a permanente militarização e os avanços tecnológicos no campo das armas mortais formam uma massa crítica próxima do ponto de erupção irracional. Sua advertência (1982, p. 24) era simples, a de que “essa lógica, caso não corrigida, se tornaria terminal”. Mais adiante Thompson (1982, p. 30) complementa:

Devemos correr o risco. Pois só podemos acabar com a guerra fria de duas maneiras: pela destruição da civilização européia ou pela reunificação da cultura política européia. A primeira irá acontecer se os grupos dominantes nos superpoderes rivais, percebendo que os argumentos estão mudando [...] e que seus estados-satélites estão se tornando mais independentes, terminarem por compensar essa perda de influência política e econômica com um aumento de medidas de militarização. Isto é [...] o que está acontecendo agora. O resultado será terminal. Mas podemos enxergar uma pequena abertura na direção da outra alternativa. E se acreditamos que essa alternativa seja possível, então devemos redefinir nossas prioridades. Não devemos investir mais nada em mísseis, mas sim o máximo em nossa capacidade de comunicação e diálogo.

A contribuição mais significativa de Thompson nos debates sobre a guerra fria, nessa época, talvez seja o ensaio *Protest and Survive*, de 1980, em resposta ao documento do governo conservador inglês, *Protect and Survive*, sobre como se proteger no caso de um ataque nuclear. No ensaio Thompson antevê a Europa não como um “teatro de guerra”, mas como o “teatro da paz”, resultante de pressão popular democrática e de uma necessária *détente* internacional que assegurasse um futuro independente do sistema de guerra. Ou seja, uma vez definida uma estratégia, as contradições do papel da Europa na guerra fria poderiam ser usadas contra os “guerreiros” em Washington e Moscou.

A construção dessa estratégia demandou tempo e dedicação de Thompson ao longo dos anos de 1980, e encorajou, também, várias formas de resistência popular. Uma resistência fundamental porque, afirmava ele, a política da guerra fria se estruturava de tal maneira que a idéia de *exterminio* da sociedade era perfeitamente coerente com a lógica do processo. Nesse contexto, Thompson (1982a, p. 4-5), já em 1980, elabora o conceito de *exterminismo*, inspirado em Marx e, a seu ver, adequado para examinar a lógica e a dinâmica dessa nova realidade.

Em termos teóricos, o aspecto mais controverso da interpretação de Thompson sobre o sistema da guerra fria é sua rejeição das noções de imperialismo e militarismo, as quais percebia associadas a circunstâncias convencionais ou específicas, cada uma expressando diferentes níveis ou aspectos de uma crítica ao capitalismo. Por essa razão, Thompson (1982a, p. 1-2) considera os dois conceitos inadequados para a análise da guerra fria. Ambos traduzem um forte conteúdo ideológico e, em sua formulação, expressam a idéia de um “sistema”, racional de início, mas que eventualmente pode provocar sua própria implosão irracional. Thompson (1982a, p. 332-338) sustenta que:

Necessitamos uma categoria nova [exterminismo] para definir esta época clara de história nuclear-confrontacional, e nunca é pouco dizer que isto não significa, mediante um gesto de varinha mágica, que seja necessário renunciar a todas as categorias anteriores ou que não funcionem mais todas as forças históricas anteriores. [...] Não se trata simplesmente de uma questão de força: é uma questão de legitimidade. Ali onde nenhuma forma de poder está legitimada pela responsabilidade civil e por um processo aberto como é devido, pode ocorrer que uma forma de poder dê lugar a outra. Cada uma destas formas de poder é tão legítima ou tão ilegítima quanto a outra.

O “exterminismo” da guerra fria se baseia na dinâmica do sistema de armamentos. Embora pareça um movimento racional, no qual os agentes participantes tomam decisões aparentemente racionais, no âmago do processo desenvolve-se uma lógica perversa, um sistema de autogeração e um estado generalizado de inércia na direção da destruição total. Para além do imperialismo e do militarismo, os sistemas correspondentes a esses blocos podem ser vistos como complexos militares e industriais que a população civil teria interesse em sustentar (através de investimentos, impostos, quotas de trabalho, etc.). Para reproduzir o sistema, as elites governantes, segundo Thompson (1982a, p. 22), passaram a precisar de uma situação permanente de guerra, de modo a legitimar sua dominação, seus privilégios e prioridades; para silenciar o dissenso; para exercer a disciplina social e desviar a atenção da evidente irracionalidade da operação. Eles se habituaram tanto a esse modo, que não conhecem outro modo de governar.

Em sua lógica perversa, o processo político serve tão-somente para legitimar e justificar sua própria reprodução.

Embora caracterizados por um profundo pessimismo e uma perspectiva apocalíptica rara em sua obra, os ensaios de Thompson sobre exterminismo concluem com uma visão mais otimista e com a formulação de propostas objetivando reverter a situação analisada – ainda que sempre priorizando o cenário europeu. Ao final de seu artigo, *Notes on Exterminism*, Thompson (1982a, p. 30) conclama:

Dê-nos a vitória [nesse processo] e o mundo começará a se mover outra vez. Comece a quebrar esse campo de força e os 30 anos de impedimentos à mobilidade da política européia [...] irão ceder. Nada irá acontecer natural ou facilmente [...]: mas, se afastarmos esses blocos da rota de colisão, eles mesmos começarão a mudar. A polícia e os fabricantes e vendedores de armas irão começar a perder sua autoridade e os ideólogos perderão suas falas. Um novo espaço para a política irá se abrir.

---

**Notas**

- <sup>1</sup> Comunicação a ser apresentada no Simpósio 5, Mundos do Trabalho, durante o X Encontro Estadual de História: Trabalho, Cultura e Poder e II Jornada Nacional de História do Trabalho, promovidos pela ANPUH/SC, UFSC, Florianópolis, 30 de agosto a 2 de setembro de 2004.
- <sup>2</sup> Cf. Thompson, E. p. (1991), “Ends and Histories”, in Kaldor, M. (ed) (1991, p. 7-25) e Bess, M. (1993a, p. 19-38).
- <sup>3</sup> Cf. Thompson, E. p. (1978, p. 1-34). Originalmente, in Thompson, E. p. et al. (ed) (1960), *Out of Apathy*.
- <sup>4</sup> “Natopolis”, uma ironia em relação ao poder exercido pela NATO (North Atlantic Treaty Organization), ou OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Thompson também se refere a “natopolitano(a)” e “natopolitanismo”.
- <sup>5</sup> Trata-se do artigo “The Heavy Dancers”, originalmente discutido no programa “Opinion”, da rede Channel Four, em 8 de novembro de 1982, e publicado em *New Society*, 11 de novembro de 1982.
- <sup>6</sup> Cf. Thompson, E. p. (1960, p. 3-5). Cf. também Arnold, G.L. (1962, p. 299-312).

**Referências**

- ARNOLD, G. L. (1962). “Britain: The New Reasoners”, in LABEDZ, Leopold (ed.). *Revisionism*. London: Allen & Unwin Ltd.
- BESS, Michael (1993a). “E. P. Thompson: the Historian as Activist”, *American Historical Review*, n. 98.
- KALDOR, Mary (ed.) (1991). *Europe From Below*. London: Verso.
- THOMPSON, E. P. et al. (ed.) (1960). *Out of Apathy*. London: Steven & Sons/New Left Books.
- THOMPSON, E. P. (1978). *The Poverty of Theory and Other Essays*. London: Merlin.
- THOMPSON, E. P. (1980). *Writing by Candlelight*. London: Merlin.
- THOMPSON, E. P. (1980a). *Protest and Survive*. Pamphlet. London: CND & Nottingham: Bertrand Russell Peace Foundation.
- THOMPSON, E. P. (1982). *Beyond the Cold War*. Pamphlet. London: Merlin & END.
- THOMPSON, E. P. (ed.) (1982a). *Exterminism and Cold War*. London: Verso/New Left Books.
- THOMPSON, E. P. (1985). *The Heavy Dancers*. London: Merlin.
- THOMPSON, E. P. (1991). “Ends and Histories”, in KALDOR, Mary (ed.) (1991). *Europe From Below*. London: Verso.